




Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

MENSAGEM Nº 002/2015-ALE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 018 /2015, que “Dispõe sobre a recomposição remuneratória dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de março de 2015.


Deputado **MAURÃO DE CARVALHO**
Presidente – ALE/RO

RECEBIDO NA COTEL
Em 05/03/15
Horas 11 : 25
Por Lais



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 018/2015

Dispõe sobre a recomposição remuneratória dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º. Esta Lei tem por finalidade recompor a remuneração dos servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. A recomposição concedida por esta Lei absorve futura e eventual revisão geral anual de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, relativa ao exercício 2014 a ser aplicada em 2015.

Art. 2º. Com o fim de atender ao disposto no artigo anterior, fica assegurada a recomposição da remuneração dos servidores do Tribunal de Contas do Estado nos seguintes percentuais:

I – 5,87% (cinco vírgula oitenta e sete por cento) a ser implementado no mês de maio de 2015; e

II – 4,13% (quatro vírgula treze por cento) a ser implementado no mês de setembro de 2015.

§ 1º. Os percentuais dispostos neste artigo serão integrados à remuneração dos agentes públicos referidos, observada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º. A base de cálculo dos percentuais previstos neste artigo será o valor da remuneração no mês de março de 2015.

Art. 3º. A efetivação do reajuste previsto nesta Lei somente ocorrerá se os levantamentos e ensaios realizados pelo Tribunal de Contas revelarem, com base na receita arrecadada e na perspectiva futura de arrecadação, que no exercício em questão e nos dois subsequentes não será violado o limite prudencial de despesa com pessoal do Tribunal de Contas de 0,99% da Receita Corrente Líquida Estadual.



Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

§1º. Se houver a perspectiva da violação referida no *caput*, os levantamentos e ensaios devem ser repetidos, sucessivamente, reduzindo-se, dos percentuais previstos no artigo anterior, a cada ensaio, um ponto percentual, até que se obtenha um montante a ser incorporado consentâneo com o limite prudencial.

§ 2º. Verificada a impossibilidade da incorporação total conforme o disposto no artigo anterior, a cada mês subsequente devem ser repetidos os levantamentos até que seja possível a incorporação integral.

§ 3º. A perspectiva da impossibilidade de incorporação da verba nos termos previstos no artigo anterior não impede a realização de outras despesas com pessoal pelo Tribunal de Contas.

§ 4º. Observando-se o disposto neste artigo, o percentual previsto no inciso I do artigo anterior retroagirá ao mês de abril de 2015.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Contas.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 4 de março de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente - ALE/RO